

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO

Aquisição de serviços de Organização e Dinamização de Bootcamps, no âmbito do projeto nº 18729, 'StartUp Voucher' ao abrigo da alínea a), do nº 1, do artigo 20.º, Código dos Contratos Públicos.

DPCP2025CPR23

Índice

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	4
Cláusula 1.ª Objeto.....	4
Cláusula 2.ª Preço Contratual.....	4
Cláusula 3.ª Local da Prestação dos Serviços	4
Cláusula 4.ª Início e Duração do Contrato.....	4
Cláusula 5.ª Obrigações de Sigilo	5
Cláusula 6.ª Condições de Pagamento	5
Cláusula 7.ª Cessão da Posição Contratual.....	6
Cláusula 8.ª Subcontratação.....	6
Cláusula 9.ª Regime de Penalidades	6
Cláusula 10.ª Casos Fortuitos ou de Força Maior.....	6
Cláusula 11.ª Não adjudicação	7
Cláusula 12.ª Regulamentos e Outros Documentos Resolutivos	7
Cláusula 13.ª Resolução por Parte da Entidade Adjudicante	7
Cláusula 14.ª Obrigações do Adjudicatário	7
Cláusula 15.ª Condições Comuns	8
Cláusula 16.ª Prevalência	8
Cláusula 17.ª Outros Encargos	9
Cláusula 18.ª Foro Competente	9
Cláusula 19.ª Gestor de Contrato	9
Cláusula 20.ª Legislação Aplicável	9
PARTE II-CLÁUSULAS TÉCNICAS	10
Cláusula 21.ª Organização e Dinamização de Bootcamps.....	10
Cláusula 22.ª Execução do Contrato.....	11
Cláusula 23.ª Coordenação Geral.....	12
Cláusula 24.ª Duração, data e local das atividades	12
Cláusula 25.ª Catering	13
Cláusula 26.ª Suporte Logístico	14
Cláusula 27.ª Especialistas.....	15
Cláusula 28.ª Deslocações e alojamento.....	15
Cláusula 29.ª Comunicações e Idioma	16
Cláusula 30.ª Regras de Comunicação e Publicitação	16
Cláusula 31.ª Acessibilidade.....	17
Cláusula 32.ª Sustentabilidade e Transição Digital.....	17

Cláusula 34.ª Propriedade.....	17
Cláusula 35.ª Salvaguarda	18
Cláusula 36.ª Serviços não englobados	18
Cláusula 37.ª Proteção de dados.....	18

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª Objeto

1. O presente procedimento por Concurso Público tem por objeto a aquisição de serviços para Organização e Dinamização de Bootcamps, no âmbito do desenvolvimento da Atividade 7 – Technical Clinics, 2030 Council, Skill Labs e Bootcamps, integrada na Ação 3 – Capacitação e *Networking*, do Projeto nº 18729 ‘*StartUp Voucher*’, conforme descrito nas Cláusulas Técnicas da II Parte deste Caderno de Encargos.
2. Sem prejuízo do número anterior, a execução dos serviços deve ter em consideração os objetivos do Projeto nº 18729, da atividade 7 e dos Bootcamps objeto do presente procedimento, de acordo com o Anexo I - DPCP2025CP23 - Descrição da Atividade/Iniciativas objeto do presente procedimento e com o Anexo II – DPCP2025CP23 | Quadro de Investimentos, bem como os termos definidos no Aviso COMPETE2030-2024-11.

Cláusula 2.ª Preço Contratual

O preço contratual corresponde ao valor máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento de formação contratual constante na proposta adjudicada.

Cláusula 3.ª Local da Prestação dos Serviços

Os serviços, objeto deste contrato, deverão ser realizados e ter impacto em locais situados nas regiões NUTS II Norte, Centro e Alentejo.

Cláusula 4.ª Início e Duração do Contrato

A prestação dos serviços terá início na data de assinatura do contrato a celebrar e terminará na data estabelecida para a concretização do Projeto, cujo prazo termina a 31 de dezembro de 2026, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª Obrigações de Sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao IAPMEI, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O prestador de serviços obriga-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre os assuntos constantes do presente contrato e a tratar como confidencial toda a informação que tenha acesso no âmbito da execução do contrato, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente a execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O prestador de serviços fica obrigado a cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) em vigor desde o dia 25 de maio de 2018.

Cláusula 6.ª Condições de Pagamento

1. Para efeitos de pagamento, o Adjudicatário deve apresentar à Entidade Adjudicante a correspondente fatura, de forma faseada, após conclusão de cada Bootcamp, em conformidade com os serviços contratualizados, com uma antecedência de 30 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento.
2. O Adjudicatário deverá remeter à Entidade Adjudicante, um relatório detalhado de contas por iniciativa, juntamente com a fatura a que corresponde.
3. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a fornecer.
4. O Adjudicatário deverá remeter as faturas emitidas eletronicamente em formato PDF, com a indicação da nota de encomenda, à Entidade Adjudicante para o endereço de correio eletrónico que esta venha a indicar e com conhecimento do Gestor de Contrato.
5. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar por escrito os respetivos fundamentos ao prestador de serviços,

que se obriga a prestar com a maior brevidade os esclarecimentos necessários e, se aplicável, a proceder à devida retificação.

Cláusula 7.ª Cessão da Posição Contratual

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da Entidade Adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento.
3. A Entidade Adjudicante deve apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cláusula 8.ª Subcontratação

O Adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da Entidade Adjudicante.

Cláusula 9.ª Regime de Penalidades

1. Caso o Adjudicatário não execute os serviços que lhe são cometidos, nos termos do contrato a celebrar ou dentro dos prazos no mesmo consignados, incorre numa multa de 0,1% com referência ao preço contratual, por cada dia de atraso.
2. O disposto no número anterior não é aplicável quando o Adjudicatário e a Entidade Adjudicante acordem ajustamentos aos serviços e aos prazos previstos no caderno de encargos.

Cláusula 10.ª Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para retomar a execução do contrato.

Cláusula 11.ª Não adjudicação

A Entidade Adjudicante reserva o direito de não efetuar a adjudicação, desde que seja devidamente fundamentado que a adjudicação viola interesse público.

Cláusula 12.ª Regulamentos e Outros Documentos Resolutivos

1. Para além das normas constantes deste Caderno de Encargos, fica o Adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todas as demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com o fornecimento a realizar.
2. O Adjudicatário obriga-se, igualmente, a respeitar, em tudo o que seja aplicável ao fornecimento a realizar e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas especificações, e documentos de homologação de Organismos Oficiais e as instruções de fabricantes, ou de entidades detentoras de patentes.
3. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Caso a Entidade Adjudicante, venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados na alínea anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 13.ª Resolução por Parte da Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato mediante simples comunicação escrita nesse sentido, quando:
 - a) Se verifique a impossibilidade de o Adjudicatário cumprir as condições específicas definidas para esta prestação de serviços;
 - b) Se verifiquem falhas imputáveis ao Adjudicatário no âmbito da realização da prestação do serviço.
2. Sem prejuízo do disposto no presente Caderno de Encargos, ambas as partes reservam o direito de revogar o contrato por mútuo acordo.

Cláusula 14.ª Obrigações do Adjudicatário

Constituem obrigações do Adjudicatário:

- a) Fornecer o serviço nos termos do contrato;

- b) Comunicar, com a devida antecedência, os factos que tornem total ou parcialmente impossível, a prestação de serviço ou o incumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c) Não alterar o objeto contratual;
- d) Acautelar a necessidade de adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência que façam face a situações, preventivas ou declaradas, de contenção de epidemias, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior previstos no presente caderno de encargos.
- e) A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos, técnicos e criativos e ao sistema de organização que sejam necessários à perfeita e completa execução dos serviços a seu cargo.

Cláusula 15.ª Condições Comuns

1. A resolução não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato.
2. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
3. Para além do previsto na cláusula 13ª, considera-se incumprimento definitivo quando se verificar que o objeto do contrato contraria as exigências previstas no caderno de encargos, as características e especificações apresentadas na proposta pelo Adjudicatário bem como a restante documentação.

Cláusula 16.ª Prevalência

1. Fazem parte integrante do contrato, o caderno de encargos, o programa do concurso e a proposta do Adjudicatário.
2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o caderno de encargos e o programa do concurso e em último lugar a proposta do Adjudicatário.
3. Sem prejuízo das disposições previstas no Código de Contratos Públicos, são aplicáveis às relações contratuais jurídicas administrativas, em tudo que não estiver regulado e não for suficientemente disciplinado por aplicação dos princípios gerais de direito administrativo, as normas constantes neste caderno de encargos, no programa do concurso e na proposta do Adjudicatário.

4. São também aplicáveis, subsidiariamente, com as necessárias adaptações, as restantes normas de direito administrativo e, na falta destas, o direito civil.

Cláusula 17.ª Outros Encargos

Correm igualmente por conta do Adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.

Cláusula 18.ª Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia de qualquer outro.

Cláusula 19.ª Gestor de Contrato

1. O gestor do contrato tem competência para efeitos de monitorização/controlo da execução física e financeira do contrato, reporte de desvios/incumprimento na sua execução contratual ao órgão competente para a decisão de contratar e proceder à aplicação de penalidades contratuais.
2. O gestor do contrato é nomeado pelo contraente público.

Cláusula 20.ª Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos e demais documentos, aplica-se a seguinte legislação por ordem decrescente de prevalência:

- Código dos Contratos Públicos;
- Demais legislação aplicável.

PARTE II-CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 21.ª Organização e Dinamização de Bootcamps

1. O presente concurso tem por objeto a formação de contrato para a prestação de serviços de Organização e Dinamização de Bootcamps, no âmbito da Atividade 7 – Technical Clinics, 2030 Council, Skill Labs e Bootcamps, que integra a Ação 3 – Capacitação e *Networking*, do Projeto nº 18729 ‘*StartUp Voucher*’.

2. O Projeto nº 18729 ‘*StartUp Voucher*’ enquadra o desenvolvimento de iniciativas empresariais, durante nove meses, por parte de jovens licenciados até aos 29 anos de idade, prevendo-se a realização de 3 Bootcamps por edição com objetivos correspondentes às diferentes fases dos projetos, nomeadamente:

- Bootcamp I - Oportunidades de mercado e desenvolvimento de ideias
- Bootcamp II - Modelo de negócio e MVP
- Bootcamp III - Plano de negócios, financiamento e comunicação

3. O programa dos Bootcamps deve contemplar estratégias baseadas em conhecimento recente e devidamente validado de acordo com os objetivos de cada Bootcamp, assim como contribuir ativamente para apoiar o desenvolvimento das iniciativas empresariais norteadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e pelas práticas ambientais, sociais e de boa governança das empresas (ESG, do inglês *Environmental, Social, and Corporate Governance*).

4. Estima-se o envolvimento de 300 jovens, 150 por edição, pelo que os Bootcamps terão obrigatoriamente de ser dimensionados ao número de participantes e ajustados aos respetivos cronogramas de desenvolvimento de iniciativas empresariais.

5. O Adjudicatário obriga-se a organizar e dinamizar Bootcamps, no âmbito e termos do projeto, mediante prestação dos serviços:

- a) Conceção de propostas criativas e dinâmicas de planeamento e programa detalhado dos Bootcamps, incluindo identificação dos recursos humanos, materiais e técnicos necessários, perspetivando metodologias ativas e interativas e a diferenciação face às práticas habituais do mercado, que sejam mobilizadores para o público-alvo;
- b) Identificação de requisitos e proposta do local para a realização dos Bootcamps;
- c) Assegurar os meios humanos, o equipamento e os serviços, bem como a respetiva instalação, necessários à realização dos Bootcamps;
- d) *Catering*;

- e) Material de apoio que deve cumprir critérios de sustentabilidade, incluindo reutilização por parte da Entidade Adjudicante, sempre que possível;
 - f) Acompanhamento e suporte logístico às iniciativas e aos participantes e especialistas (deslocações, alojamento, refeições, gestão e organização de espaços e equipamentos, entre outros);
 - g) Realização de questionários de satisfação e relatório de resultados se necessário.
 - h) Entrega de relatórios por Bootcamp de acordo com o modelo a definir pela Entidade Adjudicante.
6. Os serviços devem, sempre que possível, ser concretizados com o recurso a soluções modernas, criativas, interativas, inovadoras e sustentáveis.
7. Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário recorrerá, sempre que adequado, a ferramentas e tecnologias acessíveis como, e.g., ferramentas remotas de tradução, ferramentas de interatividade, plataformas de aprendizagem com base no *gaming*, entre outras.
8. No Anexo I DPCP2025CP23 do presente caderno de encargos, encontra-se um resumo descritivo da atividade/iniciativas objeto do presente procedimento.
9. No Anexo II – DPCP2025CP23 | Quadro de Investimentos, observam-se os investimentos previstos para os serviços inerentes ao objeto deste procedimento.
10. A implementação das propostas está condicionada à validação por parte da Entidade Adjudicante.
11. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato.

Cláusula 22.ª Execução do Contrato

1. Para além do Gestor de Contrato que acompanhará transversalmente a execução do mesmo, a Entidade Adjudicante é responsável pela nomeação de um Gestor de Projeto e de um Comité Organizador responsável pela implementação de cada Bootcamp em articulação com o Adjudicatário.
2. O Adjudicatário deverá igualmente identificar o respetivo Gestor de Contrato que acompanhará transversalmente a execução do mesmo e nomear uma equipa permanente, com o mínimo de três (3) elementos, com perfil de competências adequado à natureza da atividade/iniciativas, incluindo um Gestor de Projeto.
3. O Gestor de Contrato identificado pelo Adjudicatário, será responsável por:

- a) Promover o cumprimento e monitorização da boa execução do contrato nos termos e condições do mesmo e de aprovação do Projeto nº 18729 'StartUp Voucher'.
 - b) Prestar esclarecimentos sobre orçamento e faturação sempre que solicitado e assegurar as respetivas retificações se aplicável.
 - c) Assegurar a entrega de evidências do trabalho executado sempre que necessário.
4. O Gestor de Projeto nomeado pelo Adjudicatário para a equipa permanente, será responsável por:
- a) Colaborar no planeamento da execução do contrato em articulação com a Entidade Adjudicante, incluindo cronograma e descrição detalhados da atividade/iniciativas;
 - b) Assegurar a entrega das atas das reuniões;
 - c) Propor e implementar estratégias de captação de participantes nas iniciativas em articulação com a Entidade Adjudicante, quando necessário.
 - d) Assegurar a entrega de relatórios da atividade/iniciativas executadas e em execução, com a periodicidade que vier a ser definida pela Entidade Adjudicante.
5. Nos termos do disposto no nº 6 do artigo 75º do CCP, o Gestor de Contrato e os elementos da equipa permanente apresentada em proposta pelo Adjudicatário, apenas podem ser substituídos com o expresse e prévio consentimento da Entidade Adjudicante, após verificação de que a substituição garante um nível de qualidade equivalente ao aferido em sede de concurso.

Cláusula 23.ª Coordenação Geral

- 1. Após a celebração do contrato, o Adjudicatário deverá reunir com a Entidade Adjudicante no prazo de 48 horas para apresentação de ambas as partes e respetivas equipas e do projeto e para definição do plano de trabalho.
- 2. É obrigatória a realização do mínimo de três reuniões de planeamento e organização de cada Bootcamp, em data e hora a acordar entre as partes, nas quais devem participar os Gestores de Projeto e, quando necessário, ambos os Gestores de Contrato.
- 3. As atas das reuniões devem ser apresentadas pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante no prazo de 48h após a data da reunião, as quais serão válidas após subscritas por esta última.
- 4. As reuniões deverão ser realizadas presencialmente nas instalações da Entidade Adjudicante ou online, via Microsoft Teams, em data e hora a acordar entre as partes.

Cláusula 24.ª Duração, data e local das atividades

- 1. Cada Bootcamp deve ter a duração mínima de 7 horas, excluindo período de pausas e refeições.

2. É da competência do Adjudicatário assegurar o cumprimento do cronograma definido com a Entidade Adjudicante, tendo em consideração as necessidades inerentes à boa implementação do projeto, inclusive no período compreendido entre a data de celebração do contrato e o dia 31 de dezembro de 2026.
3. É da competência do Adjudicatário assegurar os espaços adequados para realização presencial dos Bootcamps, os quais devem situar-se obrigatoriamente nas regiões NUTS II Norte, Centro e Alentejo, em locais com boa acessibilidade.
4. Sem prejuízo do número anterior, nas situações determinadas pela Entidade Adjudicante, as iniciativas poderão ser complementadas ou integralmente executadas online, devendo para o efeito o Adjudicatário adequar os programas e meios.
5. A duração, data e local de realização dos Bootcamps estão condicionados à aprovação pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 25.ª Catering

1. O serviço de *catering* a prestar deverá corresponder ao programa e orçamento de cada Bootcamp, assim como estar enquadrado nas regras e limites específicos à elegibilidade de despesa definidos no Aviso COMPETE2030-2024-11.
2. O *Catering* pode abranger:
 - a) Fornecimento, nos locais determinados, de refeições de elevada qualidade e de acordo com os normativos em vigor.
 - b) *Coffee breaks*, com serviço volante de uma seleção de *finger food* e bebidas adequada à natureza da atividade e público.
 - c) Almoços/Jantares, volantes e não volantes, com menu completo e opções de carne, peixe e vegetariana, e seleção de bebidas, adequados à natureza da atividade e público.
 - d) 10% (dez por cento) de opção adaptada a restrições alimentares quando previamente sinalizadas.
 - e) A disponibilização do menu com a identificação dos alérgenos alimentares se solicitado pelos participantes.
 - f) Duração média de 30 minutos em cada *coffee break* e 1 hora e 30 minutos por almoço/jantar, sem prejuízo do tempo adicional necessário para a preparação/arrumação do serviço.
 - g) Refeições em formato box quando necessário e previamente aprovado pela Entidade Adjudicante.

- h) Disponibilização de todo material necessário ao correto fornecimento e prestação do serviço (mobiliário de apoio, louças, talheres, atalhados, entre outros).
 - i) Manutenção adequada e permanente do espaço e do serviço, incluindo limpeza e reposição de bebidas e alimentos.
 - j) Dimensão adequada do *staff* para garantir a sua atempada e correta execução.
3. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato, como tal, as quantidades de refeições devem corresponder ao número de participantes a abranger em cada atividade, sem prejuízo do número e respetivo custo do serviço serem ajustados em data oportuna para o efeito.
4. O adjudicatário deverá garantir os seguintes requisitos:
- a) Os alimentos e bebidas devem ser servidos com talheres, copos, louça e toalhas de mesa reutilizáveis;
 - b) Os resíduos produzidos durante a prestação do serviço serão recolhidos separadamente, de acordo com as normas em vigor;
 - c) Utilização de métodos e estratégias que permitam evitar o desperdício alimentar.

Cláusula 26.ª Suporte Logístico

1. No âmbito da atividade/iniciativas identificadas no Anexo II ao CE – DPCP2025CP23 | Quadro de Investimentos, o Adjudicatário obriga-se, na medida do necessário, a prestar o seguinte suporte logístico:
- a) Planeamento, organização, acompanhamento, controlo administrativo e operacional dos Bootcamps, incluindo *catering*;
 - b) Gestão, organização e acompanhamento dos espaços, equipamentos, fornecedores e *staff* antes, durante e após as iniciativas, assegurando visitas técnicas e instalação de equipamentos e realização de testes;
 - c) *Helpdesk* com elementos proficientes em língua portuguesa e, se necessário, em língua inglesa;
 - d) Articulação com as entidades competentes, de regulamentação e de quaisquer medidas de segurança necessárias à realização e boa conduta das iniciativas;
 - e) Segurança das iniciativas, incluindo a contratação dos seguros necessários, bem como a coordenação relativa à eventual participação de membros do governo, ou equiparados, nas iniciativas;
 - f) Fornecimento, montagem e desmontagem e acompanhamento de produtos/serviços de apoio à organização e *layout* dos espaços, antes, durante e após, do evento (e.g. limpeza,

merchandising, sinalética, disponibilização de águas, identificação de intervenientes, entre outros);

g) Colaborar na correspondência, no *briefing*, na organização das refeições, deslocações e alojamento.

2. A prestação dos serviços elencados no número anterior, deve ser articulada com a Entidade Adjudicante e, quando necessário, submetidos à sua validação prévia.

3. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato.

Cláusula 27.^a Especialistas

1. É da competência do Adjudicatário propor especialistas para a dinamização dos Bootcamps, sem prejuízo de eventuais indicações da Entidade Adjudicante, devendo a seleção ser constituída por perfis altamente qualificados e com experiência profissional relevante para o âmbito da sua intervenção no programa e competências que inspirem e mobilizem o público-alvo para os objetivos dos Bootcamps.

2. Cada iniciativa deve ser dinamizada, pelo menos, com o envolvimento de 10 especialistas, ao longo da duração total de cada Bootcamp, de modo a assegurar o devido e adequado acompanhamento aos participantes, bem como ao desenvolvimento dos seus projetos empresariais.

3. O cálculo de honorários, a pagar pelo Adjudicatário aos especialistas, deverá ter como referência o disposto no Aviso COMPETE2030-2024-11, relativo às regras e limites específicos à elegibilidade de despesa, e ser faturado em conformidade à Entidade Adjudicante.

4. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato.

Cláusula 28.^a Deslocações e alojamento

1. É da competência do Adjudicatário, providenciar alojamento e deslocações para os participantes e especialistas, quando necessário, nas seguintes condições:

a) Alojamento em hotel:

- i. Mínimo três (3) estrelas;
- ii. Quarto individual;
- iii. Deve ser garantido transporte de e para o evento;
- iv. Regime de alojamento e pequeno-almoço.

b) Deslocações:

- i. Viagens em transportes públicos, em classe económica;
 - ii. Deve ser selecionado o meio de transporte que assegure o maior conforto e a menor duração de deslocação possível.
2. O Adjudicatário deverá informar a Entidade Adjudicante, com a máxima brevidade e antecedência relativamente à data do serviço, sobre as condições de alojamento e deslocação reservadas.
 3. O cálculo das despesas de alojamento e deslocação deverá ter como referência o disposto no Aviso COMPETE2030-2024-11, relativo às regras e limites específicos à elegibilidade de despesa.
 4. A execução do contrato referente às condições de aplicabilidade da presente cláusula, encontra-se abrangida pela Componente Variável do Contrato.
 5. O adjudicatário deverá garantir a disponibilização de bilhetes e documentação da viagem por meios eletrónicos.

Cláusula 29.ª Comunicações e Idioma

1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar que todos os serviços realizados no âmbito do projeto serão dotados de linguagem moderna, correta e acessível, em estilo adequado ao público-alvo, e isenta de estereótipos e de qualquer tipo de discriminação (género, raça, étnica, religião, social, etc.).
2. O Adjudicatário compromete-se a assegurar ainda que todas as comunicações serão realizadas com a máxima correção linguística e, quando escritas, respeitarão o acordo ortográfico.
3. O idioma a adotar nas iniciativas deverá ser a língua portuguesa de Portugal e, quando necessário, a língua inglesa.
4. Sempre que se justifique para assegurar a correta interpretação das atividades, deve ser disponibilizada a legendagem em português/inglês através dos meios adequados, assim como a adoção de meios inclusivos como a interpretação em língua gestual portuguesa.

Cláusula 30.ª Regras de Comunicação e Publicitação

1. Todos os serviços prestados no âmbito do objeto do contrato, incluindo produtos, peças, e materiais, devem cumprir obrigatoriamente as Regras de Comunicação e Publicitação aplicáveis e previstas pelo COMPETE2030.
2. Sem prejuízo do número anterior, todos os serviços devem ainda respeitar a imagem e as normas de comunicação do Projeto e do IAPMEI.

Cláusula 31.ª Acessibilidade

É da competência do Adjudicatário garantir o acompanhamento e a acessibilidade dos espaços (incluindo WC), dos transportes e das iniciativas para pessoas com deficiência, sempre que necessário.

Cláusula 32.ª Sustentabilidade e Transição Digital

1. Na prestação dos serviços objeto do presente procedimento, o Adjudicatário obriga-se ao cumprimento do princípio de ‘não prejudicar significativamente’ o ambiente, nos termos previstos no Pacto Ecológico Europeu e definidos no regulamento associado à Taxonomia ambiental da União Europeia.
2. O Adjudicatário obriga-se a adotar mecanismos que contribuam para preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente, inclusive os previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023 de 25 de outubro.
3. Sempre que possível, o Adjudicatário deve adotar práticas sustentáveis para além das discriminadas nos números anteriores e das identificadas nas restantes cláusulas do presente caderno de encargos.
4. O Adjudicatário obriga-se a entregar dois relatórios com a identificação de todas as práticas sustentáveis e de transição digital adotadas, no âmbito do objeto do presente procedimento, nomeadamente:
 - a) Um relatório com as práticas sustentáveis e de transição digital adotadas em 2025, entregue no primeiro trimestre de 2026;
 - b) Um relatório com as práticas sustentáveis e de transição digital adotadas em 2026, entregue no último trimestre de 2026.

Cláusula 34.ª Propriedade

1. Com a entrega dos resultados da prestação de serviços objeto deste contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade, assim como dos direitos de utilização para a Entidade Adjudicante.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.
3. O Adjudicatário compromete-se a entregar todas as peças produzidas, em formato digital e/ou físico, conforme seja exigível, em data e local a acordar com Entidade Adjudicante.

Cláusula 35.ª Salvaguarda

Os custos dos serviços correspondentes à Componente Variável do Contrato serão obrigatoriamente ajustados ao número de participantes, nível de equipamentos, especialistas envolvidos, entre outros, em data acordada e oportuna para o efeito.

Cláusula 36.ª Serviços não englobados

1. A Entidade Adjudicante pode, diretamente ou por intermédio de entidades terceiras, complementar a organização e dinamização dos Bootcamps com serviços não previstos no âmbito do objeto do presente procedimento.
2. O Adjudicatário obriga-se a colaborar, na medida do necessário, com a boa execução dos serviços indicados no número 1.
3. Do referido nos números anteriores, não decorrem custos suplementares a imputar ao contrato celebrado com o Adjudicatário, nem a este são devidos quaisquer encargos financeiros.

Cláusula 37.ª Proteção de dados

1. A entidade adjudicatária é responsável por assegurar a obtenção do consentimento explícito dos participantes, especialistas, convidados e demais intervenientes nos Bootcamps para a captação, gravação e eventual transmissão de som e imagem, em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) (Regulamento (UE) 2016/679) e demais legislação aplicável.
2. O consentimento deverá ser obtido por escrito e de forma clara, devendo a entidade adjudicatária fornecer os registos documentais que comprovem a autorização concedida, à entidade adjudicante.

Anexos:

- Anexo I ao CE - DPCP2025CP23 | Descrição da Atividade/Iniciativas objeto do presente procedimento
- Anexo II ao CE - DPCP2025CP23 | Quadro de Investimentos